

Estudo Técnico Preliminar

1. Informações Básicas

Número do processo: 59000.009273/2021-03

2. Introdução

Trata-se o presente de Estudos Preliminares visando subsidiar a contratação de serviços gráficos e diagramação com vistas à confecção de livros, livretos, manuais, cartilhas, cartazes, folders, banners, entre outros, para atendimento das diversas demandas do Ministério do Desenvolvimento Regional, em todo o Distrito Federal.

3. Normativos que disciplinam o objeto

A contratação objeto deste Estudo tem amparo legal nos seguintes dispositivos:

- Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- Decreto n. 10.024, de 20 de setembro de 2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;
- Decreto n. 9.507, de 21 de setembro de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União;
- Decreto n. 7.746, de 5 de junho de 2012, que regulamenta o art. 3º da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP;
- Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993;
- Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63,

de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999;

- Decreto n. 8.538, de 6 de outubro de 2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;
- Instrução Normativa SEGE/MPDG n. 05, de 26 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa n. 40, de 22 de maio de 2020, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital;
- Instrução Normativa SEGES/ME n. 73, de 05 de agosto de 2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 03/2018, que estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal;
- Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

4. Análise da Contratação Anterior

A- HISTÓRICO DE CONTRATAÇÃO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO

Conforme se verifica no processo 59000.000002/2015-36, o Ministério da Integração Nacional realizou adesão à Ata de Registro de Preços n. 54/2014, resultante do Pregão Eletrônico n. 47/2014, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para contratação de empresa especializada para confecção de materiais gráficos, conforme especificações, quantidades e demais condições descritas no Termo de Referência. Sendo assim, foi emitida Nota de Empenho (2015NE8002015), em substituição ao contrato, em favor da empresa CONT – CORT SERVIÇOS GRÁFICOS E IMPRESSÃO DIGITAL EIRELI – ME, CNPJ.: 02.047.027/0001-64, no valor de R\$ 79.656,50 (setenta e nove mil seiscentos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos). A contratação teve vigência do dia 24/06/2015 ao dia 24/06/2016.

Cumprе ressaltar a manifestação do gestor à época, conforme Despacho ASCOM (MI) (0255844):

2. A adesão à Ata de Registros de preços em pauta, não logrou êxito na principal motivação à época: produção de material impresso editado pelas secretarias finalísticas

do ministério. A falta de profissional qualificado para diagramar textos, imagens e gráficos, além das especificações de material e formato dos livretos que constavam da ata, inviabilizaram o serviço, tanto pela impossibilidade de execução, quanto pelo interesse das secretarias.

3. Entendia-se que o Contrato de Publicidade não poderia atender às demandas que motivaram a contratação, pela natureza dos serviços demandados). A restrição do contrato de publicidade (comunicação de utilidade pública) e o formato não-publicitário das demandas (essencialmente institucionais), obstavam a produção das publicações através do contrato de publicidade.

4. Os demais itens da ATA, executados no decorrer do ano contratado (cartão de visita, credencial, folder, certificados e pastas), atenderam os serviços que foram demandados *a posteriore*, com a utilização de modelos prontos, ou com a produção caseira de artes.

Ainda sobre o tema, o gestor se manifestou por e-mail, direcionado ao então ordenador de despesas, sugerindo que na próxima contratação de serviços gráficos fosse observado o modelo de execução dos itens, de modo a possibilitar maior abrangência de possibilidades:

Em 25/06/2016 vence a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS através da qual o MI produziu, na Assessoria de Comunicação Social, cartões de visita a alguns poucos outros serviços gráficos, devido à modalidade contratada, com previsão de produtos, cujas especificações nem sempre atendiam às necessidades das secretarias, justamente pelo engessamento da modalidade contratada.

Portanto, sugiro pesquisar para futura contratação, algum tipo de contratação que não fique preso a itens pré-determinados, mas que preveja serviços gráficos. Acredito que há alguns contratos dessa natureza em vigor, mas não saberia apontar um, neste momento. Se possível, seria crucial a inclusão do serviço de diagramação – serviço que tanto fez falta para o MI no ano que passou.

Os itens solicitados na adesão encontram-se listados no processo 59000.000002/2015-36, Volume Processual 01 (0244837), fls. 126 e 127.

B - HISTÓRICO DE CONTRATAÇÃO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES: PROCESSO 80000.021431/2014-52

O contrato de adesão a ata para o contrato de Serviços gráficos foi autorizado ao Ministério das Cidades via ofício nº 613/2016/SAMF/SPOA/SE/MF/DF do Ministério da Fazenda **em 9 de junho de 2016**, em seguida foi formalizado e publicado no DOU:

SECRETARIA EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO,

ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 10/2016 - UASG 560010

Nº Processo: **80000021431201452**.

*PREGÃO SRP Nº 40/2015. Contratante: MINISTERIO DAS CIDADES -CNPJ
Contratado: 08220275000142. Contratado: GRAFICA E EDITORA
MOVIMENTO LTDA -Objeto: Prestação de serviços gráficos e diagramação
com vistas à confecção de livros, livretos, manuais, cartilhas, cartazes,
folders e banners, para atendimento das diversas demandas do Ministério
das Cidades.*

Fundamento Legal: Lei 8666/93 e demais legislação correlata.

Vigência: 08/09/2016 a 07/09/2017. Valor Total: R\$2.908.460,00.

Fonte:100000000 - 2016NE800388.

Data de Assinatura: 08/09/2016.

(SICON - 13/09/2016) 560010-00001-2016NE800020

Em **27 de outubro de 2016** o Ministério das Cidades recebeu ofício nº 1178/2016 /2016/SAMF /SPOA/SE/MF/DF do Órgão gerenciador da Ata pedindo a **suspensão dos pedidos de serviços à empresa**, por motivo da detecção de um provável erro material na Ata.

Em **01 de novembro de 2016** foram suspensos os pedidos de serviço à Gráfica e Editora Movimento LTDA., em virtude de um provável erro material conforme relatado no Ofício 1178 /2016, com sugestão de encaminhamento às áreas para conhecimento. O encaminhamento foi da Coordenadora Geral de Recursos Logísticos – Substituta, Despacho nº 2474/2016/SEI /CGLOG/SPOA/SE.

Em **09 de novembro de 2016** foi protocolado o Ofício nº 1231/2016/SAMF /SPOA/SE/MF-DF expedido pelo Ministério da Fazenda, em que o Órgão informou que: "*houve erro material na ata de registro de preços assinada pela empresa em comento, uma vez que os quantitativos a serem disponibilizados aos órgãos aderentes, em sua totalidade, não poderiam ultrapassar a cem por cento dos quantitativos deste Órgão nos termos da ata publicada em edital*". Nota-se que o Ministério da Fazenda interpretou, a princípio, que os quantitativos possíveis de adesão seriam 100% (cem por cento) do quantitativo do item registrado na ata de registro de preços para o Órgão Gerenciador. Tanto que por meio do Ofício nº 1231 veio a retificar as quantidades de itens que o Ministério das Cidades poderia usar da Ata, sendo que essa última permissão /autorização foi **10% (dez por cento)** do quantitativo total da Ata.

Em **24 de janeiro de 2017** o Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração encaminhou despacho Nº 65/2017/SPOA/SE dando conhecimento da medida liminar proferida nos autos do processo judicial nº 1009780-05.2016.4.01.3400, em tramitação perante a 13ª Vara Federal da Seção Judicial do Distrito Federal, **que autoriza a adesão dos quantitativos dos itens da Ata nº 2212015** concedidos no Ofício nº 613/201 6/SAMF/SPOA/SE/MF-DF. No entanto, entre outras orientações, o SPOA orientou que: enquanto vigente a decisão judicial em referência, é possível a utilização dos quantitativos ampliados conforme noticiado no Ofício nº 1380/SAMF/SPOA/SE/MF-DF, de 15/12/2016. **Entretanto, na medida do possível, e como medida conservadora de gestão do patrimônio público**, sejam observados os quantitativos mínimos autorizados Ofício nº 1231/2016/ SAMF/SPOA/SE/MF-DF, ou seja **10% (dez por cento)** do quantitativo total da Ata.

Não foi emitida nova orientação quanto à utilização do quantitativo da Ata, até a publicação do **Primeiro Termo Aditivo** ao contrato, que prorrogou a vigência por mais 12 meses a partir de **8 de setembro de 2017** no **Valor Total: R\$2.908.460,00**.

O **Segundo Termo Aditivo** veio prorrogar o prazo de vigência do Contrato, por 12 (doze) meses, com início no dia **08 de setembro de 2018** no valor anual estimado de **R\$ 2.908.460,00** (dois milhões, novecentos e oito mil, quatrocentos e sessenta reais).

Na sequência o contrato foi migrado para o MDR com posteriores renovações feitas no mesmo valor anual estimado de **R\$ 2.908.460,00** (dois milhões, novecentos e oito mil, quatrocentos e sessenta reais) até limite da vigência que se encerrou em **07 de setembro de 2021**.

I – SALDOS ANUAIS DE UTILIZAÇÃO DO CONTRATO MCIDADES/MDR

Ao analisar a planilha abaixo, de Saldos Anuais de Utilização do Contrato com a gráfica Movimento, se verifica uma grande variação do quantitativo dos serviços utilizados em cada período:

SALDO ANUAL DE UTILIZAÇÃO GRÁFICA E EDITORA MOVIMENTO	
2016/2017	R\$ 128.875,46
2017/2018	Usado todo o valor global da contratação
2018/2019	R\$ 93.241,33
2019/2020	R\$ 73.855,55
2020/2021	R\$ 764.772,11

Conforme foi descrito acima, no histórico do processo no Ministério das Cidades, o **primeiro ano do contrato** teve sua execução prejudicada por um pedido de suspensão do pedido dos serviços e posteriormente uma orientação de utilização de apenas 10% do valor do contrato, que vigorou até a primeira renovação.

No **segundo ano do contrato** foi utilizado o valor total disponível.

Em seguida veio a fusão do Ministério das Cidades com o Ministério da Integração Nacional (MI) para formar o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). No **terceiro e quarto ano do contrato** houve um período de adaptação a essa nova estrutura. Foi primeiramente necessário verificar de que forma o contrato seria migrado para o MDR. Depois de superada essa etapa, o contrato passou por diversas gestões que tiveram que adaptar a utilização dos serviços para a nova realidade do órgão. E o órgão também teve que se adaptar para utilizar um contrato de que não dispunha antes em parte da sua estrutura. Por esses motivos a demanda de utilização dos serviços da gráfica ficou muito aquém da previsão original. Todavia

o contrato foi continuamente renovado em seu valor estimado original pela expectativa da utilização em maior escala do serviço.

Tal expectativa só se confirmou no **quinto ano do contrato**, quando o MDR se encontrava mais estruturado para demandar a utilização dos serviços gráficos, além da realização de TED e descentralizações de créditos de outros órgãos para utilização de serviços.

Vale lembrar que os últimos dois anos de contrato foram influenciados de forma impactante pela pandemia do COVID 19 com a suspensão de eventos e outras atividades presenciais, o que de certa forma também contribuiu para a redução da demanda de serviços gráficos.

5. Classificação termos da Lei n. 12.527

As informações relativas à contratação ora pretendida não exigem classificação como ultrassecreta, secreta ou reservada, nos termos da Lei n. 12.527/2011.

6. Descrição da necessidade

Com a edição da Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, transformada na Lei nº 13.844/2019, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, o Ministério da Integração Nacional e o Ministério das Cidades foram transformados em Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR.

O MDR reúne iniciativas com adaptações para otimizar a administração de programas, recursos e financiamentos das diversas políticas públicas de infraestrutura urbana e de promoção do desenvolvimento regional e produtivo, e é um dos maiores interlocutores do Governo Federal com os 5.570 municípios brasileiros, atuando de forma articulada com as grandes estratégias de Desenvolvimento Regional e Urbano (Política Nacional de Desenvolvimento Regional e Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - PNDR e PNDU).

Destacam-se entre suas atribuições, as seguintes:

- Desenvolver a capacidade produtiva de regiões menos favorecidas, induzindo a estruturação e a adoção de novas tecnologias pelas cadeias produtivas;
- Planejar, coordenar e executar ações em prol da segurança hídrica do país;
- Ampliar o acesso à moradia digna para famílias de baixa renda;
- Melhorar a gestão dos recursos hídricos e dos serviços de saneamento;
- Fortalecer a gestão de riscos e de desastres;
- Melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos precários;
- Integrar as políticas públicas para o desenvolvimento de cidades e regiões;
- Fomentar o ordenamento territorial urbano;
- Aperfeiçoar a comunicação interna e externa;

- Aprimorar a governança corporativa;
- Fomentar parcerias com o setor privado;
- Promover a valorização dos servidores;
- Aprimorar a governança de TIC;
- Realizar a gestão orçamentária com foco estratégico.

A contratação de empresa para prestar serviços gráficos vem para atender à necessidade de se dotar as administrações de comunicação social e de logística de instrumentos ágeis e eficazes no atendimento das demandas de confecção de materiais destinados à divulgação dos dados e políticas que se constituem na competência básica do Órgão.

O MDR optou por terceirizar os serviços gráficos, pela vantagem em relação aos custos com esses serviços, levando em consideração a inexistência de parque gráfico (maquinário necessário para produção gráfica, da impressão ao acabamento) próprio no órgão.

Além do alto custo, o serviço gráfico requer a continuada aquisição de equipamentos e suprimentos, e a alocação de recursos humanos próprios ou de terceiros para realizar suas manutenções. Os equipamentos utilizados para serviços gráficos, exigem uma capacitação técnica específica, principalmente relacionada ao manuseio, reposição de peças e componentes, com certificado geralmente fornecido pelo próprio fabricante. Ainda, é necessário deter conhecimentos específicos para dar o suporte técnico e de usabilidade adequados aos equipamentos.

Sendo assim, e considerando que este Ministério não dispõe de solução própria que lhe permita essa manutenção, o caminho da terceirização se apresenta como a alternativa mais vantajosa.

O MDR atualmente não conta com contrato celebrado com empresa prestadora de serviços gráficos. Em **07/09/2021** o instrumento contratual existente até aquele momento no órgão **completou** os 60 (sessenta) meses de execução contratual, respeitadas a conveniência e a oportunidade, fez-se necessário adotar procedimentos para uma nova contratação por meio de um processo licitatório.

Urge frisar que a Assessoria de Comunicação Social decidiu por não renovar excepcionalmente o contrato nº 10/2016 a fim de evitar possíveis questionamentos por órgãos de controle.

Cumprе destacar que a contratação de serviços gráficos está adequada ao Mapa Estratégico 2020-2022, do Ministério do Desenvolvimento Regional. Isso porque é objetivo estratégico de suporte do Ministério "aprimorar a comunicação interna e externa com total transparência", o que é facilitado com a produção de material gráfico. Além disso, ter uma comunicação forte e transparente faz parte dos valores do Órgão, bem como de sua Missão, que é contribuir para o exercício da cidadania, promovendo o acesso às políticas da Pasta.

7. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Assessoria Especial de Comunicação Social	Rodrigo Kaiser Saccone

8. Descrição dos Requisitos da Contratação

Modalidade e Tipo de Licitação:

Os serviços ora demandados são considerados comuns, conforme art. 3º, II, do Decreto 10.024/2019, por apresentarem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.

Portanto, obrigatória a licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica:

Decreto 10.024/2019

Art. 1º Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

§ 1º A utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, pelos órgãos da administração pública federal direta, pelas autarquias, pelas fundações e pelos fundos especiais é obrigatória.

Conforme preceitua o art. 7º do Decreto 10.024/2019, existem dois possíveis tipos de critérios de julgamento: menor preço ou maior desconto.

No caso em apreço, verificou-se que o tipo maior desconto é o que melhor se adequa às necessidades da Administração e natureza do objeto. Na aplicação desse critério, o menor preço é apurado em razão de desconto oferecido pelos licitantes sobre o parâmetro de preços definido pela Administração no ato convocatório. Assim, quem oferece o maior desconto é considerado o vencedor do certame.

A escolha do tipo maior desconto na presente contratação, justifica-se pelo intuito de evitar os chamados “jogos de planilha”, uma vez que o desconto ofertado deverá ser aplicado de forma linear a todos os serviços que compõem a planilha de composição de custos do item de serviços gráficos.

CAMPITELI (2006) explicita de forma bastante didática o que vem a ser o “jogo de planilhas”:

O jogo de planilha, também conhecido por jogo de preços, é um artifício utilizado por licitantes que a partir de projetos básicos deficitários e/ou por informações privilegiadas, conseguem saber antecipadamente quais os serviços que terão o quantitativo aumentado, diminuído ou suprimido ao longo da execução da obra a ser licitada e manipulam os custos unitários de suas propostas, atribuindo custos unitários elevados para os itens que terão o seu quantitativo aumentado e custos unitários diminutos nos serviços cujo quantitativo será diminuído ou suprimido. Com isso, vencem a licitação por conseguirem um valor global abaixo dos concorrentes, graças aos custos

unitários diminutos que não serão executados. Assim, após as alterações contratuais já previstas pelo vencedor do certame no momento da elaboração da proposta, o valor global do objeto contratual passa a encarecer em relação ao seu valor de mercado, podendo tornar-se a proposta mais desvantajosa para a Administração entre as demais da licitação.

Em outras palavras, o jogo de planilha ocorre quando uma proposta orçamentária contém itens com valores acima e abaixo do preço de mercado simultaneamente, que no somatório da planilha se compensam, totalizando um valor global abaixo do valor de mercado, atendendo momentaneamente ao interesse público. Porém, essa proposta pode se tornar onerosa para o contratante caso ocorram modificações contratuais de quantitativo que aumentem os itens supervalorizados e diminuam os itens subvalorizados, fazendo com que os itens com sobrepreço prevaleçam em relação à totalidade da proposta, desequilibrando as suas condições originais, fazendo com que o valor global da obra contratada passe a ficar com valor global acima do de mercado concorrencial, perdendo-se a vantagem ofertada originalmente.

Tendo em vista que para a presente contratação é prevista a utilização de produtos e serviços previamente estabelecidos, especificados, porém meramente estimativos, a serem executados sob demanda, a equipe de planejamento observou a necessidade do estabelecimento da exigência de que o desconto seja aplicado de forma linear, pois sabe-se da possibilidade de que alguns itens sejam utilizados em quantitativos maiores ou menores do que o previamente estimado, ou, até mesmo, não utilizados, a depender das demandas que surgirem.

Assim, evita-se a possibilidade de que sejam ofertados os maiores descontos apenas para os serviços menos utilizados na execução.

Da aferição dos serviços:

Os serviços objeto desta contratação serão realizados na forma de execução indireta, sob regime de empreitada por preço unitário, ou seja, quando se contrata a execução de serviço por preço certo de unidades determinadas, conforme art. 6º, inc. VIII, da Lei n. 8.666/1993. Tal regime de execução se dá pela impossibilidade de prever com exatidão os aspectos quantitativos do objeto a ser executado. Sendo assim, os quantitativos estabelecidos nos documentos que irão compor o instrumento convocatório são meramente estimativos, devendo ser executados à medida da necessidade e conveniência do Ministério do Desenvolvimento Regional, que poderá readequá-los de forma diferente do previamente estabelecido, desde que justificadamente e respeitado o valor contratual global fixado. Isso se deve ao fato de que as demandas de serviços gráficos, em grande medida, são imprevisíveis e acabam por fugir ao planejamento da Administração.

Quanto à análise da aferição dos serviços, verificou-se qual a metodologia mais adequada à contratação em tela.

O Instrumento de Medição de Resultado – IMR, previsto na IN nº 05/17, constitui um mecanismo que define, de forma objetiva, um nível mínimo de qualidade desejado para a prestação do serviço, além de também definir as respectivas adequações de pagamento para o caso de o serviço ser prestado com qualidade inferior ao nível mínimo definido.

Nota-se que o TCU vem recorrentemente recomendando a adoção de mensuração por resultados. Sendo assim, sugere-se a adoção das recomendações exaradas pelo Tribunal de Contas da União, no sentido de que, nas contratações para prestação de serviços a remuneração

deve estar preferencialmente vinculada a resultados, evitando-se, assim, o pagamento por horas de serviço (horas-homem) ou posto de trabalho, de forma a priorizar a eficiência na Administração Pública. Ou seja, o órgão contrata a empresa para realizar a atividade, interessando a ele apenas os resultados ou os produtos obtidos no prazo fixado segundo as especificações estabelecidas, independentemente de quais ou quantos funcionários a empresa empregou. A exemplo, citamos o Acórdão n. 786/2006 - TCU - Plenário:

84. Essa forma de execução permite que a remuneração da contratada seja feita com base na mensuração dos serviços e resultados, evitando-se, ao máximo, o pagamento por horas trabalhadas ou por horas de disponibilidade do pessoal (postos de serviço). Assim, a Administração paga somente pelos produtos e serviços efetivamente realizados e aceitos conforme as métricas e os padrões previamente estabelecidos. Entre as vantagens derivadas dessa sistemática, vale mencionar a eliminação ou, pelo menos, a fragilização do paradoxo.

Ainda, conforme orientação da SEGES/MP:

Art. 11. A contratação de serviços continuados deverá adotar unidade de medida que permita a mensuração dos resultados para o pagamento da contratada, e que elimine a possibilidade de remunerar as empresas com base na quantidade de horas de serviço ou por postos de trabalho.

Sendo assim, para a presente contratação é prevista a utilização de produtos e serviços previamente estabelecidos, especificados e estimados, a serem executados sob demanda, pois é o modelo que melhor atende às necessidades do Ministério do Desenvolvimento Regional, bem como está alinhado às últimas decisões e Acórdãos do Tribunal de Contas da União.

Participação de empresas reunidas em consórcio

Para a presente licitação, não é prevista a permissão da participação de empresas reunidas em consórcio, em conformidade com o entendimento do Tribunal de Contas da União:

"... o art. 33 da Lei 8.666/1993 deixa à discricionariedade do gestor a decisão de admitir ou não a participação de empresas organizadas em consórcio no torneio licitatório, devendo tal desígnio ser verificado caso a caso."

(Acórdão n. 280/2010 - TCU - Plenário)

A participação de consórcios em certames licitatórios vai ao encontro da finalidade da licitação que é a obtenção da melhor relação custo-benefício para atender à necessidade da Administração. Os consórcios, geralmente, constituem instrumentos de ampliação da competitividade, na medida em que possibilitam as empresas que os integram somar capacidades técnica, econômico-financeira e know-how para participar de procedimento licitatório em que, individualmente, não teriam condições.

Contudo, embora não prescindir de características de cunho intelectual e complexo, conforme já explanado, é pacífico que a prestação de serviços gráficos é de pleno e amplo conhecimento das empresas do ramo, havendo numerosa gama de empresas que possuem capacidade de atendimento às necessidades gráficas deste Ministério, com expertises compatíveis com a expectativa dos serviços a serem contratados. Sendo assim, a participação de consórcio, no presente caso, não garante a ampliação da disputa competitiva, mas ao contrário, pode cerceá-

la, pois as empresas não poderiam participar simultaneamente de forma individual e consorciada e, portanto, não poderiam concorrer entre si.

Vigência contratual:

O contrato deverá ter duração inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, no interesse da Administração e mediante acordo entre as partes, nos termos do inciso II, do art. 57 da Lei n. 8.666/1993, observado o limite de 60 meses.

Da natureza continuada do serviço e da duração inicial do contrato

A definição de 'Serviços prestados de forma contínua' é fixada pela Instrução Normativa n. 05, de 25 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão, em seu artigo 15, como: *"aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional"*. Análise do relatório da execução contratual permite inferir que as demandas recebidas por esta Assessoria de Comunicação são efetivamente contínuas, e que a interrupção do contrato resulta em não atendimento de demandas legítimas deste órgão, causando prejuízo institucional nas atividades de comunicação social e relações públicas. Além disso, a descontinuidade dos serviços gera necessidade de realização de descentralizações financeiras para outros órgãos, para possibilitar a execução de alguns serviços mais urgentes, já que a carência de serviços gráficos não deixa de existir.

O Tribunal de Contas da União adota o entendimento de que a definição de um serviço como sendo, ou não, continuado depende das características específicas em cada caso concreto. No Acórdão n. 132/2008 - TCU - 2ª Câmara, o Ministro Relator Aroldo Cedraz assim se manifestou:

(...)

28. Sem pretender reabrir a discussão das conclusões obtidas naqueles casos concretos, chamo a atenção para o fato de que a natureza contínua de um serviço não pode ser definida de forma genérica. Deve-se, isso sim, atentar para as peculiaridades de cada situação examinada.

29. Na realidade, o que caracteriza o caráter contínuo de um determinado serviço é sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

30. Nesse sentido, pode-se entender, por exemplo, que o fornecimento de passagens aéreas é serviço contínuo para o TCU, já que sua suspensão acarretaria a interrupção das atividades de fiscalização ínsitas ao cumprimento da missão desta Corte.

31. Na mesma linha de raciocínio, pode-se também considerar que o mesmo serviço tem natureza contínua para uma instituição federal de ensino superior, já que as bancas de exame de teses de mestrado e de doutorado exigem a participação de professores de outras instituições e, assim, a impossibilidade de fornecimento de passagens aéreas poderia inviabilizar a própria pós-graduação a cargo daquelas entidades.

32. O mesmo não ocorreria, no entanto, com um órgão judicial cujos integrantes não tivessem necessidade de deslocar-se frequentemente por avião para oferecerem a

prestação jurisdicional. Em tal situação, o serviço em foco não seria contínuo, já que não seria essencial à permanência da atividade finalística.

33. De igual modo, um serviço de vigilância permanente de instalações deve ser considerado contínuo, posto que sua cessação colocaria em risco a integridade daquele patrimônio.

34. Isso não ocorre, entretanto, com um serviço de vigilância contratado para um evento específico, de duração determinada, que, por seu caráter eventual, não pode ser considerado contínuo.

Dessa forma, entende-se que os serviços pretendidos possuem natureza continuada, uma vez que estão voltados para o funcionamento das rotinas de comunicação, publicidade e divulgação de atos e atividades institucionais, sendo necessários ao Ministério do Desenvolvimento Regional para o desempenho de suas atribuições, que estão alinhadas aos objetivos estratégicos do órgão no sentido de aperfeiçoar a comunicação e interação do órgão com os públicos interno e externo. Por essa razão, a interrupção desses serviços pode comprometer a continuidade e desempenho das atividades finalísticas do Ministério, em especial no que tange à prestação de informações à população e a produção de materiais importantes de divulgação das políticas do órgão.

Dos critérios de aceitabilidade da proposta

Para a presente licitação, o critério de julgamento da proposta é o maior desconto global, ou seja, quando a adjudicação se dá pelo maior desconto do grupo, e não pelo maior desconto de cada item. Preencherá os requisitos a proposta cujo valor global e especificações técnicas estejam em inteira consonância com o estipulado no instrumento convocatório.

HABILITAÇÃO:

Da qualificação técnico-operacional

Para fins de qualificação técnico-operacional, serão exigidos das empresas licitantes:

- Declaração de que a empresa licitante possui, em seu próprio parque gráfico, todos os equipamentos necessários à realização dos objetos da licitação (Lei nº 8.666/1993, art. 30, inciso II)
- Atestado(s) de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado nas entidades profissionais competentes, comprovando que a licitante executou a contento entrega de objeto compatível com o descrito no quantitativo total estimado dos itens, devendo conter:

Fornecimento de 30% (trinta por cento) do quantitativo total estimado dos itens essenciais, **no período de 12 (doze) meses consecutivos**, conforme tabela constante do item 1.1 deste Termo de Referência, observado as peculiaridades de cada item licitado.

- Serão considerados itens essenciais os seguintes serviços:

- Confecção e impressão – Papéis e Formatos – Cartão Duo Design/Triplex (600 milheiros)
- Confecção e impressão – Papéis e Formatos – Cartão Supremo (600 milheiros)
- Confecção e impressão – Papéis e Formatos – Couchê Liso/Fosco (3.600 milheiros)
- Confecção de Acabamentos Simples - I (3.000 milheiros – entre todos os itens)
- Confecção de Acabamentos Especiais - II (1.500 milheiros – entre todos os itens)
- Impressão de Lonas, Adesivos e Estruturas (5.400 m² - entre todos os itens)

- No caso de atestado emitido por empresa da iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente;
- Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio, proprietário ou titular da empresa emitente e da empresa proponente;
- O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica (declaração ou certidão) deverá(ão) ser apresentado (s) em papel timbrado do licitante, em original ou cópia autenticada, fornecido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando sua aptidão para desempenho de atividade pertinente observando as quantidades e prazos com os objetos da licitação, podendo ser solicitado a qualquer hora, notas fiscais e/ou documentos complementares que comprovem a execução do serviço;
- O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica (declaração ou certidão) deverá(ão) estar acompanhado (s) das informações da entidade emissora, necessárias à realização de possíveis diligências pela Comissão Permanente de Licitação ou Pregoeiro, tais como: Nome do responsável; endereço completo, incluindo o CEP, telefones, endereço eletrônico, etc. Caso a entidade emita o(s) Atestado (s) de Capacidade Técnica (declaração ou certidão), sem as informações descritas, a empresa poderá anexar, folha contendo as informações complementares. Atestados sem as devidas informações ora solicitadas serão desconsiderados;
- Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 03 anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 03 anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5 /2017. Faz-se necessária a comprovação de experiência mínima de 3 anos na prestação dos serviços, por se tratar de serviço continuado e, portanto, o tempo de experiência exigido é compatível com a possibilidade de prorrogação do contrato por até 60 meses.
- Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.
- Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- A empresa que apresentar atestados ou certidões falsas será penalizada de acordo com a legislação vigente, respondendo tanto ela quanto seus responsáveis legais;

Cumpramos informar que a equipe de planejamento entendeu relevante a comprovação de pelo menos 30% das estimativas dos serviços, para permitir uma maior participação de empresas concorrentes na licitação, vez que uma porcentagem maior poderia eliminar empresas menores e uma porcentagem menor não possibilitaria averiguar a capacidade de atendimento em termos quantitativos, o que está presente no Estudo Técnico Preliminar, no item Requisitos da Contratações, devidamente justificado. Ainda, ressalta-se que a adoção da exigência está de acordo com o recomendado no Acórdão n.º 1.052/2012-Plenário, TC 004.871/2012-0, rel. Min. Marcos Bemquerer Costa, 2.5.2012:

“É ilícita a exigência de número mínimo de atestados de capacidade técnica, assim como a fixação de quantitativo mínimo nesses atestados superior a 50% dos quantitativos dos bens ou serviços pretendidos, a não ser que a especificidade do objeto recomende o estabelecimento de tais requisitos”.

Quanto à necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas:

Não há necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

Das soluções de mercado:

No mercado há diversas empresas que prestam serviços correlatos aos pretendidos no presente Estudo. Vejamos apenas algumas delas:

Gráficas
CIR GRAFICA E EDITORA LTDA
CHARBEL GRÁFICA E EDITORA LTDA
GRÁFICA CYMK
TEIXEIRA GRÁFICA E EDITORA
ABECER
ARC LIVRARIA E IMPORTADORA LTDA
ARTECOR GRAFICA E EDITORA LTDA
BARBARA BELA EDITORA GRÁFICA
BESTSIGN
DIDATICA GRÁFICA EDITORA LTDA
DUPLIGRAFICA EDITORA

ELÓGICA GRÁFICA DIGITAL E OFFSET
EXPEDGRAF GRAFICA E PAPELARIA
EXPRESSO DIGITAL GRÁFICA RÁPIDA
FÓRMULA GRÁFICA E EDITORA
FORTE GRÁFICA
GRÁFICA ÁGUIA
GRÁFICA ANTARES
GRÁFICA BALUARTE
GRÁFICA BRASIL
GRÁFICA CONTINENTAL
GRÁFICA CORONÁRIO
GRÁFICA E EDITORA EDEBÊ
GRÁFICA E EDITORA EXECUTIVA LTDA
GRÁFICA E EDITORA MOVIMENTO
GRÁFICA E EDITORA QUALIDADE LTDA
GRAFICA E EDITORA QUALYTA LTDA
GRÁFICA E EDITORA UNIQUE BRASIL
GRAFICA EDITORA FORMULARIOS CONTINUOS E ETIQUETAS F & F
GRÁFICA EXECUTIVA
GRÁFICA IGUACU

GRÁFICA MARUSA
GRÁFICA POSITIVA
GRÁFICA QUERUBINS
GRAFICA ROSSETO EMBALAGENS
GRÁFICA UNIVERSO
GRAFINORTE MANAUS
GRAVO PAPERS GRÁFICA DIGITAL
HC GRÁFICA
J2 SOLUÇÕES GRÁFICAS
KACO GRÁFICA E EDITORA
LEONARDO CUNHA NEVES EIRELI - FANTASIA: FULL GRÁFICA
LOGPRESS SOLUCOES GRAFICAS LTDA
M2 GRÁFICA E EDITORA EIRELI – ME
MAIS GRÁFICA
MORENO BOOKSTORE LIVRARIA LTDA
NGD
PALE GRÁFICA E EDITORA
PALMAS GRÁFICA
PIADORA GRÁFICA RÁPIDA
PROFOXNETWORKS SOLUÇÕES - EIRELLI

QUALIDADE GRÁFICA E EDITORA
SEMEAR EDITORA GRÁFICA
SINGULAR GRÁFICA E COMUNICAÇÃO VISUAL
STILO GRÁFICA
STUDIO 57
TAVARES E TAVARES EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS LTDA
TECHNOS PUBLICAÇÕES LTDA
TOP COMERCIO E SERVICOS EMPRESARIAIS EIRELI
TOTAL LOG PLANEJAMENTO E PARTICIPACOES LTDA
ULTRA GRÁFICA E EDITORA
UNIQUE BRASIL
VIVA - GRAFICA E EDITORA LTDA
WALPRINT

A estimativa de preços está detalhada no tópico 12 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

OPERAÇÃO DE CRÉDITO

Será permitida operação de crédito garantida por cessão fiduciária dos direitos de créditos decorrentes do contrato administrativo, realizada entre o fornecedor e instituição financeira, por meio do Portal de Crédito digital, nos termos da Instrução Normativa nº 53, de 08 de julho de 2020, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

A Instrução Normativa nº 01/2010, do Ministério do Planejamento e Gestão, determina aos órgãos públicos que adotem práticas eco eficientes na compra e no consumo de produtos:

Art. 1º Nos termos do art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, as especificações para a aquisição de bens, contratação de serviços e obras

por parte dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão conter critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas.

A Cartilha A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública), assim estabelece:

Licitações que levem à aquisição de produtos e serviços sustentáveis não apenas são importantes para a boa conservação do ambiente, como também representam uma melhor relação custo/benefício a médio ou longo prazo quando comparadas às que se valem do critério de menor preço. Logo, é importante que se ponha em prática a adoção de critérios de sustentabilidade ambiental em licitações nos órgãos públicos e que se dê prioridade a licitações por via eletrônica.

Portanto, deverá ser incluído no Contrato, na cláusula da obrigação da contratada, que a mesma, na execução dos serviços, aplique boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição, conforme disposto no art. 3º da Lei nº 8.666/1993 e regulamentado pelo Decreto nº 7.746/2012.

No ramo da indústria gráfica, recomenda-se o credenciamento à cadeia de custódia Cerflor ou FSC. Isto porque: “O CERFLOR é uma iniciativa nacional de certificação florestal, cujas normas foram elaboradas no âmbito da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. A certificação da Cadeia de Custódia, considerada um diferencial de mercado, garante ao consumidor que o produto florestal fabricado, madeireiro (celulose), utiliza matéria-prima que provém de Floresta Certificada e de Fonte Controlada, de acordo com os princípios e critérios do FSC® e do CERFLOR/PEFC.”

ABNT NBR 14790:2014 (substituiu a ABNT NBR 14790:2011) – especifica os requisitos da cadeia de custódia e os requisitos mínimos do sistema de gestão para a implementação e gerenciamento do processo da cadeia de custódia”.

- BENS DE CONSUMO CONFECCIONADOS A PARTIR DE PAPEL (A4, A3, A2, envelopes, pastas, agendas, panfletos, etiquetas etc.) Deverá ser priorizada a aquisição de papel de manejo sustentável ou reciclado. O papel utilizado deverá ter certificação Cerflor em conformidade com a norma ABNT NBR 14790:2014, ou FSC no padrão FSC-STD-40004 V2-1, que deverá ser apresentada como forma de comprovação da conformidade.

Portanto, conforme descrito acima recomenda-se que o fornecedor aplique boas práticas de sustentabilidade ambiental, e esteja credenciado à cadeia de custódia Cerflor ou FSC. Para comprovação da conformidade, os papéis utilizados deverão ter certificação Cerflor em conformidade com a norma ABNT NBR 14790:2014, ou FSC no padrão FSC-STD-40004 V2-1, quando for aplicável.

9. Levantamento de Mercado

A equipe de planejamento buscou encontrar soluções para suprir as necessidades de serviços gráficos da Ascom e do MDR como um todo.

Por meio de levantamentos de contratações realizadas em outros órgãos da administração pública federal foram encontrados diversos contratos com gráficas, que prestam serviços a Administração Pública.

Dentre esses contratos, localizamos 2 tipos de contratação de serviços:

1) Os contratos de “modelo fechado” – cujos serviços contratados já são para realização de serviços específicos. Nesse tipo de contratação, os órgãos já informam quais produtos finalizados são necessários. Portanto já descrevem, por exemplo, quais e quantos tipos de cartilhas, cartões de visita, folders, etc., desejam contratar. Nesse modelo, já há a descrição pormenorizada dos produtos finais, com as especificações de material, impressão e acabamento que pretendem contratar. Como exemplo citamos os seguintes contratos: ANTT (Contrato nº 048/2017), APEX (Contrato 192/2020), ENAP (contrato nº 17/2020) e do INCA (Contrato nº 118/2019).

2) Os contratos de “modelo aberto” – cujos produtos finais não são descritos, mas que possuem previsão de itens de serviços que permitam a Administração Pública alcançar diversos tipos de resultados ao final, através do uso combinado desses itens. Como exemplo citamos os seguintes contratos: CNMP, MPF, MCTI e DETRAN/DF (cujos contratos estão anexos ao processo e tomamos por base na pesquisa de preços – Doc. SEI 3878328).

Além desses contratos, verificou-se que é costume na Administração Pública buscar também por contratações pontuais de serviços gráficos, cujos serviços não são continuados. Contrata-se uma gráfica, por exemplo, para impressão de determinadas quantidades de livros específicos em única tiragem, de modo que, após a entrega do produto específico, finda-se o contrato.

Há também órgãos que optam pela realização de Termos de Execução Descentralizada cada vez que precisam de algum tipo de serviço gráfico, ou por algum período de tempo em que necessitam de determinados serviços.

Por fim, existem órgãos que buscam apresentar intenção de registro de preços em contratos que apresentam essa possibilidade, a fim de evitar toda a dificuldade de se contratar por meio de licitação realizada no órgão e a fim de buscar economicidade através do ganho de escala. Isso se deve pela falta de pessoal, ou pela facilidade de se adequar a uma contratação similar à de outro órgão.

Observando todas as possibilidades acima descritas, e buscando uma forma de adequar as necessidades do MDR ao mercado atual, a equipe de planejamento concluiu que a contratação de serviços no “modelo aberto” seria o ideal. Isso porque não é possível prever com exatidão quais e quantos produtos finais serão necessários ao longo dos possíveis 60 meses da contratação. Levou-se em consideração que a mudança de gestão, tanto ministerial, como da unidade, é iminente, especialmente em razão do período eleitoral no presente ano.

Durante a busca por contratos da Administração Pública, a equipe de planejamento localizou diversos contratos no modelo aberto, mas em especial um contrato recém firmado, que possibilitava a adesão de ata de registro de preços (ARP), qual seja: o contrato formalizado entre o Conselho de Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo – CREA/SP e a empresa Gráfica e Editora Movimento LTDA.

Em análise mais apurada, verificou-se que os itens da referida ata de registro de preços contemplavam a parte mais relevante da contratação planejada e, ainda, os novos itens que

precisavam ser incluídos. Apesar da contratação não prever a subcontratação, constatou-se a capacidade da empresa de produzir e entregar todos os serviços.

Além disso, apurou-se que no *interim* entre o fim da última contratação e a realização deste estudo técnico preliminar, o MDR contratou empresa de eventos, com item relacionado a entrega, instalação, desinstalação e montagem de banners, lonas e fundos de palco, o que fez desaparecer a necessidade tanto da subcontratação como do contrato firmado ser de âmbito nacional.

Todavia, realizada a pesquisa de preços no mercado, essa demonstrou que a adesão a ata do CREA/SP não seria a mais econômica para o MDR, uma vez que previu a contratação por unidades, e não por milheiro. Assim em comparação a outros contratos da Administração Pública, o contrato do CREA/SP deixou de ser o mais vantajoso para o MDR.

Verificou-se também que o pregão lançado pelo CREA/SP não foi registrado no sistema de compras governamentais como Pregão SRP (Pregão por Sistema de Registro de Preços), o que tornou impossível a adesão a ata de registro de preços, pois não gerou possibilidade de vinculação ao pregão que originou a ata.

Em razão disso, a equipe de planejamento decidiu por seguir com contratação própria, a fim de evitar questionamentos futuros por instâncias externas de controle, e também para buscar maior vantajosidade econômica ao MDR.

Assim, o serviço gráfico, no âmbito da contratação pretendida, será composto de diversos itens previamente estabelecidos, especificados e estimados, que combinados, compõem uma imensa gama de produtos. A composição dos itens em cada demanda vai possibilitar o alcance de resultados efetivos para os serviços de impressão desejados. Esse é o modelo que melhor atende às necessidades do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Nesse sentido a planilha de itens permite a composição de soluções variadas garantindo-se a flexibilidade em se propor inúmeras opções possíveis para a execução de um serviço. Soluções essas que podem variar a depender do tipo de público a que se destina o serviço e do seu objetivo.

10. Descrição da solução como um todo

O MDR optou por terceirizar os serviços gráficos, pela inexistência de parque gráfico próprio no órgão. A opção de montar e fazer a manutenção de uma estrutura própria de impressão e de contratar e manter pessoal especializado para executar as atividades de impressão e correlatas, não se mostra vantajosa como solução, devido ao alto custo e complexidade de execução.

Em relação a todos os tipos de solução pesquisadas, a equipe de planejamento entendeu por bem contratar serviços gráficos de “modelo aberto”, ou seja, contratar de modo que a composição dos serviços em cada ocasião possibilite o alcance de diversos resultados.

Conforme se verifica nestes estudos Preliminares, o MDR, recentemente, teve sua contratação de serviços gráficos finalizada, em virtude do encerramento do período de vigência contratual.

A equipe de gestão do contrato identificou a necessidade de incorporar alguns itens e procedimentos na nova contratação, para suprir as solicitações que não puderam ser contempladas no modelo da contratação anterior. Foram demandas e projetos que não chegaram a ser executados porque não faziam parte do cardápio de serviços do contrato antigo.

Além disso, verificou-se a necessidade de inclusão de alguns materiais específicos, ausentes na contratação anterior, mas que devido a evolução tecnológica surgiram nos últimos anos, ou passaram a ser mais utilizados, o que incluídos na nova contratação facilitarão a tomada de decisão bem como a apresentação de soluções e o aproveitamento de recursos.

São exemplos de materiais incluídos: imantados, acrílico, vidro, estrutura em MDF, PVC, tecidos, etc.

Por outro lado, alguns itens que foram oferecidos no contrato anterior não estão sendo contemplados nessa nova contratação, por estarem obsoletos: A impressão de CDs e DVDs e utilização de papel jornal são exemplos disso.

11. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A Assessoria Especial de Comunicação Social do Ministério do Desenvolvimento Regional estimou as quantidades da futura contratação a partir de levantamento histórico dos itens utilizados, conforme planilha anexa aos autos (Doc. Sei 3863381); e dos serviços gráficos realizados nos anos de 2019 a 2021, durante a última contratação, conforme abaixo:

SERVIÇOS GRÁFICOS E SEUS QUANTITATIVOS PERÍODO MDR 2019-2021				
DESCRIÇÃO DO MATERIAL GRÁFICO	2019	2020	2021	QUANTIDADE TOTAL DE SERVIÇOS REALIZADOS
Adesivos	3	6	8008	8017
Banners	42	19	2	63
Aviso de Porta PVC adesivado			50	50
Bloco de anotações	1050			1050
Bloco de Notas			8000	8000
Caderno	5			5
Caixas Entrega de Residenciais			8000	8000
Cartão 14,8x21	1000			1000
Cartão hot stamping	1000			1000
Cartão Nominata	2000	1000	8000	11000
Cartaz	1			1
Cartilha	6000	1785	3450	11235
Cartões de visita	4700	17300	16350	38350
Chave em adesivo			8000	8000
Crachás	1550			1550
Diagramações	10	5		15
Display chave			8	8
Display cheque			1	1
Empenas			8	8
Envelope comum branco	1000			1000
Faixa	3		2	5

Folders	26300	2000		28300
Lona Fundo de Palco	5	3	16	24
Letras Caixa + Logo em Estrutura de metalon			2	2
Livro	1		1000	1001
Moleskine	100		150	250
O wobbler			200	200
Painel	1	2	22	25
Pastas	250		1150	1400
Placa PVC Adesivada	152	1	8010	8163
Quadros			40	40
Relatório acabamento wire-o			60	60
Revista		220		220
Sacolas em papel			8000	8000
Suporte para Smart Phone	2000			2000
Tapadeira			1	1
Tótem			1	1
Troféu -Molde em adesivo com recorte eletrônico			65	65

Levou-se em consideração a criação do Ministério do Desenvolvimento Regional (Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019). O espaço temporal de análise escolhido, apesar de reduzido, foi limitado devido a fortes razões que impactariam diretamente na assertividade da estimativa caso fossem ignoradas. Quais sejam:

- a Assessoria Especial de Comunicação Social do Ministério do Desenvolvimento Regional apenas experimentou e vivenciou os impactos da aglutinação das pastas (secretarias finalísticas) dos antigos Ministérios da Integração Nacional e das Cidades a partir da Medida Provisória n. 870, de 1º de janeiro de 2019;
- o Ministério das Cidades possui histórico de execução de serviços gráficos que oscilou muito entre os anos de 2016 a 2018;
- Mesmo depois da aglutinação das pastas, nota-se que o Ministério do Desenvolvimento Regional passou por mudanças relevantes de gestão e estrutura. Portanto, sugere-se que a realidade das demandas de serviços gráficos passadas destoam consideravelmente da realidade da atual Aescom do MDR;

Da mesma forma, as demandas do MDR, consideradas a partir da aglutinação das pastas, oscilaram consideravelmente em curtos períodos de tempo, distorcendo uma linear análise das reais necessidades do Ministério do Desenvolvimento Regional atualmente. Para finalizar, na perspectiva desta equipe, essa oscilação histórica dificultou sobremaneira a estimativa de uma contratação condizente com as reais necessidades vividas pelo Ministério, impactando também o trabalho de mensuração e estimativa para a futura contratação de serviços gráficos do órgão.

Realizado o levantamento de itens, a equipe de planejamento avaliou melhor os serviços que o órgão mais demandou, e o que de fato fez diferença para o MDR nos anos de sua existência.

Entre os achados, notou-se que diversos itens nunca foram utilizados nos últimos 3 anos, e outros tiveram pouca utilização. Notou-se também que alguns materiais já estavam obsoletos, e diante das novas tendências não seriam utilizados em uma nova contratação (como foi o caso do CD, DVD e papel jornal). Tais itens foram excluídos da planilha de itens.

Todavia, por meio de debates entre a equipe, chegou-se à conclusão de que alguns itens, apesar de pouco utilizados, não poderiam ser excluídos da nova contratação, pois para o alcance de determinadas soluções, seriam imprescindíveis.

Ainda, após debates da equipe de planejamento, entendeu-se também que os quantitativos de diversos itens poderiam ser reduzidos (caso da quantidade de papéis), e outros deveriam ser acrescentados, e até mesmo, contratados por outras unidades de medidas mais vantajosas ao Órgão (caso dos acabamentos previstos no contrato nº 10/2016, mensurados por unidade, e que na nova contratação passaram a ser previstos como milheiro).

Além disso, alguns papéis foram aglomerados em item denominado de “papéis especiais”, uma vez que são pouco utilizados, mas que possuem texturas, linhas plus, frisos e similares, que também são considerados pelo mercado gráfico como papéis especiais, como foi o caso do papel vergê e opaline.

Cumpra observar que as quantidades propostas são estimadas, e devem ser executadas à medida da necessidade e conveniência do CONTRATANTE, que poderá readequá-las, ocasionando distribuição diferente da previamente estabelecida, desde que justificada a alteração e respeitado o valor global de investimento da contratação.

Da estimativa de quantidades:

Diante das explicações narradas acima, as alterações realizadas na tabela de itens e seus quantitativos foram os seguintes:

LOTE ÚNICO			
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA	Justificativa
01	Confecção e impressão – Papéis e Formatos – Off-Set	5.000 milheiros	O MDR confecciona anualmente diversas publicações impressas, como cartilhas, livros, guias e manuais, além de nominatas e cartões de visitas. Tais publicações são distribuídas para a sociedade em geral, bem como para gestores municipais que atuam diretamente com políticas públicas do Órgão. No processo 59000.011033/2022-41, foi solicitado pelo AESCOM que cada unidade do Órgão apresentasse as suas previsões de serviços gráficos para 2022/2023. Naquele momento apurou-se a intenção de confecção de 26.000 exemplares de cartilhas, livros e manuais; 14.000 exemplares de guias e guias de bolso; 4.000 exemplares de relatórios; 6.000 exemplares de folders e 7.000 nominatas. Além disso, foi informada a intenção de confecção de 6.000 cartões de visitas como prévia. Além disso, foram considerados os quantitativos utilizados nos últimos anos de existência do MDR (2019, 2020 e 2021) e anos de vigência da última contratação). Ser
02	Confecção e impressão – Papéis e Formatos – Cartão Duo Design /Triplex	2.000 milheiros	
03	Confecção e impressão – Papéis e Formatos – Cartão Supremo	2.000 milheiros	
04	Confecção e impressão – Papéis e Formatos – Couchê Liso/Fosco	12.000 milheiros	
05		1.000 milheiros	

	Confecção e impressão – Papéis e Formatos – Reciclato		assim, a equipe de planejamento estimou que quantidades descritas ao lado seriam as mais aproximadas para as necessidades do MI. Cumpre frisar que as quantidades de exemplares são apenas previsões, e podem mudar diante de novas diretrizes que o Órgão pode receber a partir de 2023.
06	Confecção e impressão – Papéis e Formatos – Papel Pólen Soft	1.500 milheiros	
07	Confecção e impressão – Papéis e Formatos – Papel Especial (Linhas Plus, Texturizados, Frisados e Similares, Inclusive Opaline e Vergê)	1.500 milheiros	
08	Confecção e impressão – Papéis e Formatos – Papel Adesivo	1000 milheiros	
09	Confecção e impressão – Papéis e Formatos – Papel Kraft	10 milheiros	
10	Confecção de Acabamentos Simples - I	10.000 milheiros	As quantidades aqui estimadas levaram em consideração os quantitativos utilizados nos últimos 3 anos (2019, 2020 e 2021 – anos de vigência da última contratação). Além disso, a previsão da quantidade de confecção e impressão dos papéis acima discriminados também foi observada.
11	Confecção de Acabamentos Especiais - II	5.000 milheiros	
12	Confecção de Acabamentos Especiais - III	5.000 unidades	
13	Impressão de Lonas, Adesivos e Estruturas	18.000 m ²	Levou-se em conta os quantitativos utilizados nos últimos 3 anos (2019, 2020 e 2021 – anos de vigência da última contratação), além das previsões encaminhadas pelas unidades do MDR por meio do processo nº 59000.011033/2022-41.
14	Pré-impressão – Serviço de revisão, diagramação e arte I	8.000 laudas	Levou-se em consideração, para a estimativa das quantidades, as previsões gráficas encaminhadas pelas diversas áreas do MDR, no processo 59000.011033/2022-41. Nesses itens também foi observada, ainda, a capacidade da Aescom

15	Pré-impressão – Serviço de revisão, diagramação e arte II	5.000 laudas	diagramar/revisar internamente alguns pequenos trabalhos, por meio de seus servidores/colaboradores e, ainda, do contrato comunicação corporativa.
----	---	--------------	--

Em que pese haver estimativa de demandas para a contratação, cumpre ressaltar que o quantitativo estimado tem o objetivo de cumprir com o dever de planejamento como pressuposto ao atendimento ao direito fundamental à boa administração e à realização do interesse público primário. Além disso, por esta contratação ter como definição de parâmetro para pagamento unidades de medida específicas para cada tipo de serviço a ser executado pela contratada, objetivando a mensuração por resultado, a estimativa também deverá servir de base para o dimensionamento dos custos envolvidos na contratação pelos licitantes quando da formulação de suas propostas.

Contudo, importante ressaltar que as demandas dos serviços gráficos são imprevisíveis e dinâmicas, pois, em sua maioria, estarão relacionadas a situações também dinâmicas e imprevisíveis (comunicação, eventos, estruturação do órgão, etc.).

12. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 3.197.882,40

Para estimativa do valor da contratação, será utilizada a INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 5 DE AGOSTO DE 2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional:

Parâmetros

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldeprecos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

§1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereço e telefone de contato; e

d) data de emissão.

III - registro, nos autos da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

Verificamos, ainda, no mesmo artigo da IN que: “§ 1º ***Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II.***”

Conforme já foi detalhado nesse ETP, o MDR contou com contrato de gráfica nº 10/2016, encerrado em 07/09/2021. Esse contrato previu o modelo no qual uma planilha de serviços era utilizada para composição dos diversos produtos gráficos que atendiam as necessidades do ministério. Esse modelo foi, de certo modo, inovador entre os modelos de contratação de serviços gráficos. Portanto, a pesquisa de preços para a aferição da vantagem econômica de cada renovação sempre se mostrou problemática, porque não havia muitas referências de contratações similares feitas pela Administração Pública.

Porém, com o passar dos anos, os órgãos perceberam que esse novo modelo de contratação trazia diversas vantagens e alguns novos contratos foram firmados adotando essa solução e, atualmente, essa passou a ser a principal referência para composição do nosso mapa de serviços e de preços.

Sendo assim, passamos a informar a metodologia utilizada para a obtenção do preço de referência.

A Assessoria Especial de Comunicação Social iniciou pesquisa de preços na ferramenta Painel de preços (<https://paineldeprecos.planejamento.gov.br/analise-servicos>). Com relação a esse parâmetro de pesquisa, foi encontrada dificuldade para obtenção dos valores de referência para a composição da estimativa de preços. A ferramenta Painel de Preços, traz diversos resultados, porém para confecção de serviços gráficos que levam em conta os produtos finais, em formatos diversos. O serviço gráfico, no âmbito da contratação pretendida, é composto de diversos itens que, combinados, compõem uma imensa gama de produtos. O resultado para a maioria das pesquisas foi sempre uma compra mais específica, como por exemplo livros prontos, revistas prontos, banners prontos e etc., com especificações e quantidades já determinadas no próprio objeto do contrato.

Já a pesquisa direta com fornecedores se mostrou infrutífera. Apesar do empenho da unidade requisitante em conseguir orçamentos de empresas do ramo, todas as respostas foram negativas. Ao todo, foram encaminhadas 127 solicitações de orçamento, dos quais foram obtidas apenas 23 respostas, todas negativas. Por telefone, vários fornecedores justificaram que a composição de um orçamento nesse modelo de contratação é complexa e demanda muito empenho e, por isso, não têm interesse em enviar proposta.

Concomitantemente, a AESCOM iniciou pesquisa de contratos da Administração Pública em sites oficiais de outros órgãos e entidades da Administração. Dessa pesquisa, obtivemos os seguintes contratos:

- CREA-SP - Pregão Eletrônico 05/2022 - UASG 389423 - Contrato nº 13/2022
- MCTI - Pregão Eletrônico 03/2022 - UASG 240101 - Contrato nº 04/2022
- CNMP - Pregão Eletrônico 08/2017 - UASG 590001 - Contrato nº 12/2017
- MPF - Pregão Eletrônico 74/2017 - UASG 208005 - Contrato nº 10/2018
- Detran DF - Pregão Eletrônico 10/2020 - UASG 926142 - Contrato nº 16/2020

Sobre essas contratações, todas foram consideradas na pesquisa de preços. Contudo, o contrato do CREA-SP não foi completamente considerado na composição do Mapa Estimativo de Preços, devido a apenas alguns itens apresentarem especificações compatíveis com as necessidades do MDR em sua forma de mensuração.

O art. 6º da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 5 DE AGOSTO DE 2020 estabelece que:

“Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.”

Considerando que a pesquisa foi efetuada com base em contratos da administração, pressupõe-se que todos os valores são exequíveis, por serem efetivamente praticados.

Ressalta-se jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU, em que o órgão de controle, no Acórdão nº 3.068/2010- Plenário, afirmou que “o preço de mercado é mais bem representado pela média ou mediana uma vez que constituem medidas de tendência central e, dessa forma, representam de uma forma mais robusta os preços praticados no mercado”.

Sendo assim, para definição dos valores foi utilizada a mediana, uma vez que a Aescom notou certa heterogeneidade em alguns dos preços. Além disso, o cálculo utilizando a mediana como metodologia para a obtenção do preço estimado, apresentou valor global compatível com o contrato que vigorou anteriormente no órgão.

A partir das pesquisas realizadas e dos contratos apresentados, foi elaborado o Mapa Estimativo de Preços (Doc. Sei 3880420), onde se verificou que o preço médio estimado global é de R\$ 3.197.882,40 (três milhões, cento e noventa e sete mil, oitocentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos).

13. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A regra do parcelamento se dá em decorrência da presunção de que, com a divisão do objeto em parcelas menores, a competitividade aumentará e, consequentemente, as chances de alcançar propostas mais vantajosas. Contudo, sabe-se que este raciocínio precisa ser ponderado, em cada caso.

É pressuposto de legitimidade do parcelamento que não haja prejuízo ao todo, à responsabilidade técnica, à solução integral esperada, à gestão das avenças e, também, à economia de escala.

Para uma análise adequada do parcelamento, mostra-se imprescindível conhecer os possíveis reflexos técnicos e gerenciais de eventuais divisões, bem como o mercado no qual se insere a solução a ser licitada; sopesando se o segmento atua, preponderantemente, nas diversas demandas ou não. Se a resposta para esta última questão for afirmativa, por exemplo, de modo que as empresas atuam preponderantemente nas diversas demandas, é provável que a adoção de agrupamentos reverte em ganho de economia de escala.

Como mencionado anteriormente, houve decisão de seguir com a contratação no modelo de serviços abertos, ou seja, contratação de itens que possibilitem diversos produtos finais.

Sendo assim, a planilha de itens foi construída de modo a possibilitar a solicitação de serviços gráficos variados, uma vez que não é possível prever com precisão quais resultados o MDR necessitará ao longo da contratação.

Nesse sentido a planilha permite a composição de soluções variadas garantindo-se a flexibilidade em se propor inúmeras soluções possíveis para a execução de um serviço, soluções essas que podem variar a depender do tipo de público a que se destina o produto e a depender do seu objetivo.

Tal possibilidade reforça, inclusive, o princípio da eficiência, pois permite ao gestor público criar soluções inovadoras e efetivas ao cidadão por meio da prestação de serviços gráficos.

Ressalte-se que, diante de tantas soluções, haverá fiscal técnico designado para avaliar a composição dos preços na prestação de serviços. O fiscal também verificará se mais de uma solução é possível e, nessa situação, qual é a mais vantajosa e econômica ao MDR.

Somente com proposições de diversos formatos é possível a diversificação de soluções adequadas às especificidades de cada tipo de demanda.

Diante disso, vale explicitar que não é possível parcelar a solução, uma vez que, para se alcançar um objetivo, os itens da planilha podem ser combinados de diversas formas a fim de alcançar numerosos resultados. Caso os serviços propostos na planilha fossem desmembrados em vários itens de contratação para adjudicação a várias empresas, seria impossível alcançar o objetivo final.

Trata-se de um cardápio de produtos que nunca serão utilizados individualmente, mas em conjunto. Por isso, parcelar a solução torna o objeto inviável de ser produzido, por sua própria natureza.

É evidente que quando há mais de uma empresa envolvida em partes de uma atividade interdependente, eleva-se o risco de comprometer a execução, gerando insucesso nas entregas. Desmembrar os serviços e trazer novos contratos para o Ministério, também aumentaria a complexidade da gestão, o que onera a Administração Pública.

Ademais, a forma de contratação proposta diminuirá muito a possibilidade de jogo de planilha. Isso porque, para evitar esse tipo de vício no contrato a unidade requisitante entendeu por bem estabelecer como critério de julgamento da licitação o maior desconto linear sobre os produtos, a fim de evitar que a empresa lance preços menores para serviços pouco utilizados, deixando mais caros os produtos mais utilizados na contratação.

14. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

A Ascom conta atualmente com empresas contratadas para serviços de Comunicação Corporativa, Comunicação Digital e serviços de Publicidade. A contratação em pauta correlaciona-se com as demais contratações da área de comunicação, uma vez que todas tratam de serviços essenciais para auxiliar a execução de atividades de competência da

Aescom e para a composição da estratégia de comunicação social do Ministério do Desenvolvimento Regional. Contudo, a licitação ora proposta não tem relação de dependência com outras contratações, podendo ser licitada e contratada separadamente.

Os Serviços Gráficos atendem não somente as demandas da Aescom. Ao contrário, as demais áreas do MDR, geralmente, são as que mais solicitam os serviços. No entanto, a aprovação e acompanhamento da execução ficam a cargo da Aescom, bem como a gestão e fiscalização técnica do contrato. Para as demais unidades do MDR no entanto caberá a indicação de fiscais setoriais em formulário próprio.

15. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

As contratações públicas são instrumentos relevantes para auxiliar a realização das políticas públicas. Nesse sentido, o alinhamento com o planejamento estratégico do órgão é vital tanto para que se mantenha o foco no alcance de resultados efetivos para a organização, quanto para a entrega de resultados à sociedade. Essa visão consagra a comunicação como um componente crucial da organização, uma vez que não há como cingir o alcance da missão institucional, a implementação de políticas públicas, o acesso à informação e a prestação de contas à sociedade sem uma comunicação adequada e estruturada.

Um dos objetivos propostos para o órgão é "Aperfeiçoar a comunicação interna e externa". A contratação pretendida tem relação direta com o alcance de tal objetivo, por meio da produção de materiais de divulgação e educativos para as áreas estratégicas do Ministério.

Além disso, a contratação em tela está relacionada às atividades das áreas meio e finalísticas do MDR, à medida em que a produção de materiais gráficos se apresenta como uma importante ferramenta de disseminação de informações e transparência de políticas públicas para a sociedade em geral.

Informa-se que a despesa se enquadra no Programa de Trabalho 04.122.0032.2000.0001, PTRES 174324, Natureza da despesa: 339039, UG responsável: 530008.

Informa-se, ainda, que a contratação de serviços gráficos foi contemplada no Plano Anual de Contratações (PAC) para o ano de 2021 e 2022, através do sistema Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC).

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Pretende-se atender as demandas de impressão do MDR em todo âmbito do Distrito Federal com eficiência, qualidade e economia.

Quanto a prestação de serviços ser realizada dentro do Distrito Federal, no entanto, importa informar que os produtos finais poderão ser distribuídos em todo o território nacional, todavia, a entrega de materiais fora do DF não fará parte das obrigações da empresa contratada. Nas situações que forem necessárias as distribuições em outros locais do território nacional a responsabilidade caberá ao MDR.

A referida contratação atenderá demandas de todas as unidades do MDR, e possibilitará a divulgação de políticas públicas para a sociedade em geral e para gestores estaduais e municipais.

Essa publicização de políticas, por meio de cartilhas, livros, folders, manuais, relatórios, etc, atenderá ainda ao princípio da transparência e ainda ao princípio da publicidade disposto no art. 37 da Constituição Federal.

Para o Órgão, esse tipo de contratação revela economicidade, pois conforme já explanado, montar e manter uma estrutura própria para a execução de serviços gráficos não se mostra vantajosa devido ao alto custo e complexidade de execução, além da necessidade da manutenção de pessoal especializado.

17. Providências a serem Adotadas

Não é necessária a elaboração de cronograma para adequação de ambientes do órgão visando o início da execução dos serviços.

Em princípio, a contratação nos moldes propostos não apresenta peculiaridades que a diferencia dos demais contratos de prestação de serviços. Contudo, cumpre ressaltar que, em conjunto com a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, deverão ser providenciados cursos relacionados a fiscalização e gestão contratual, caso haja o entendimento de que existe a necessidade de capacitação dos servidores nesse sentido, buscando sempre o aprimoramento do controle dos serviços.

18. Possíveis Impactos Ambientais

Não se aplica.

Não há no órgão Plano de Desenvolvimento Sustentável ou de Práticas Ambientais de Sustentabilidade para serem seguidos nas contratações.

19. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

19.1. Justificativa da Viabilidade

Diante de toda a análise desenvolvida no estudo preliminar, considerando as competências atribuídas no Documento de Designação da Equipe de Planejamento, a contratação mostra-se viável em termos de disponibilidade de mercado, forma de prestação dos serviços, competitividade do mercado, não sendo observados óbices ao prosseguimento da presente contratação no formato indicado.

20. Responsáveis

Membro da Equipe de Planejamento - Unidade Requisitante

POLYANA MARIA SANTANA DA SILVA

Assessora Técnica

Membro da Equipe de Planejamento - Unidade Requisitante

NAIARA LUANA TENTIS MATEUS

Assessora Técnica

Membro da Equipe de Planejamento - Unidade Requisitante

JOELMA HORTILIA GOMES

Assistente Técnica

Membro da Equipe de Planejamento - Unidade Requisitante

FREDERICO DE SOUSA FIUZA

Técnico em Comunicação Social

Membro da Equipe de Planejamento - Unidade Requisitante

MÁRCIO RODRIGO DALLA COSTA HORTA

Técnico em Comunicação Social

Membro da Equipe de planejamento - Área de Licitações

ITAYANA DE FREITAS TEIXEIRA

Analista Técnico Administrativo